

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JAQUELINE DOS SANTOS LIMA

**A RELAÇÃO ENTRE DUAS ESPÉCIE DE DISCURSOS NO *GÓRGIAS* DE
PLATÃO: O DISCURSO FILOSÓFICO E O DISCURSO RETÓRICO**

Salvador

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JAQUELINE DOS SANTOS LIMA

**A RELAÇÃO ENTRE DUAS ESPÉCIE DE DISCURSOS NO *GÓRGIAS* DE
PLATÃO: O DISCURSO FILOSÓFICO E O DISCURSO RETÓRICO**

Monografia apresentada à Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia, sob orientação da Prof. Dr.a Sílvia Faustino de Assis Saes.

Salvador

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para concluir esta etapa da minha vida.

Sou grata à minha família, em especial, às minhas irmãs: Geisa, Valéria, Vanessa e Elaine que me apoiaram de maneira extraordinária. Vocês foram meu refúgio e minha motivação.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Sílvia Faustino de Assis Saes pela orientação.

Por fim, agradeço à Profa. Dra. Gislene Vale dos Santos e a Profa. Dra. Alessandra Carbonero Lima que aceitaram integrar a banca examinadora.

A morte e a vida estão no poder da língua; quem bem a utiliza come do seu fruto.

(Provérbios 18.21, NAA)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o conceito de retórica no diálogo *Górgias*, de Platão, a partir das indagações formuladas por Sócrates aos seus interlocutores, buscando identificar os elementos que fundamentam a contraposição entre o discurso retórico e o discurso filosófico. Inicialmente, analisaremos a forma como Sócrates conduz o diálogo, o qual é orientado pelo método socrático e como este se perfaz ao longo do diálogo analisado. Em sequência, apresentaremos a formulação do conceito de retórica feita por Sócrates e, nesse ponto, discorreremos sobre a afirmação feita por Sócrates, na qual a retórica não é uma arte (*téchne*) e destacaremos as dimensões relacionadas a tal ofício. Por derradeiro, nos debruçaremos sobre a relação entre as duas maneiras de conduzir o discurso, a saber: o discurso filosófico e o discurso retórico.

Palavras-chave: Retórica; Discurso; Filosófico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	9
O conceito de Retórica no <i>Górgias</i> , de Platão.	9
1.1. O conceito de retórica para Górgias.	9
1.2. O conceito de retórica para Sócrates.	15
CAPÍTULO II	21
Relação entre duas maneiras de conduzir o discurso: discurso filosófico e discurso retórico.	21
2.1 Discurso filosófico.	21
2.2 Discurso Retórico.....	25
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar a relação entre duas espécies de discurso no *Górgias* de Platão: o discurso filosófico e o discurso retórico. Para isso, primeiramente, busca-se apresentar de que forma o conceito de retórica é trabalhado nesse diálogo platônico. A partir desse ponto, visamos entender de que maneira o referido conceito ajuda a compreender melhor essa distinção dos discursos.

O surgimento da retórica remonta à época em que Atenas (século V a.C.) passou por grandes transformações sociais e políticas com o progressivo enfraquecimento das oligarquias e ascensão da democracia. Nesse regime de governo, os cidadãos tornam-se aqueles que definirão os rumos da cidade e não mais um grupo pequeno de famílias detentoras de privilégios. Como as decisões políticas passam a ser tomadas pelos cidadãos, estes alcançam o lugar de fala nas assembleias.

Neste cenário, tais cidadãos precisam desenvolver habilidades atreladas ao uso da palavra. As mudanças políticas em Atenas e a visibilidade alcançada pelos sofistas, são assuntos que se apresentam como relevantes nas obras de Platão (428/427 a.C.). Com isso em vista, é perceptível a importância e o poder que a linguagem ganha nesse contexto político e social.

No *Górgias*, apesar da concordância em reconhecer a linguagem como um instrumento indispensável para a comunicação de ideias e estabelecimento de um intercâmbio entre as variadas relações interpessoais, haverá uma clara diferenciação na forma como os personagens se posicionaram quanto a isso. Assim, é diante dessa conjuntura que será investigado de que forma essa relação entre o discurso filosófico e o discurso retórico se mostra conflituosa e de que maneira o aspecto moral também se revela um fator que contribui para esta disputa.

É importante mencionar que, muito embora este trabalho verse sobre a retórica no *Górgias*, essa temática não se restringe a esta obra platônica, pois esta também é desenvolvida em outro diálogo platônico, intitulado *Fedro*. Ao lado da retórica, o amor é identificado como um dos assuntos principais pelo qual Platão desenvolve nesta obra.¹ Neste diálogo, a retórica ganha contornos diferentes em comparação com os encontrados

¹ CÂMARA, Anita Guimarães. **Sobre a unidade do Fedro de Platão:** o movimento psicagógico e a arte retórica. p. 14.

no *Górgias*. Se neste diálogo, o conceito de retórica será delineado na medida em que se buscará responder ao questionamento socrático quanto ao objeto da retórica, e de que modo ela pode ser considerada uma arte (*téchne*). No *Fedro*, por outro lado, é possível delinear uma retórica que se amolda aos objetivos filosóficos e educacionais pretendidos por Platão e que, por isso, lhe é facultada o status de ser uma arte (*téchne*).

Nessa perspectiva, este trabalho está estruturado de maneira que o primeiro capítulo apresenta o conceito de retórica, o qual é analisado sob dois aspectos, a saber: o primeiro trata-se da forma como Górgias desenvolve tal conceituação. O segundo, por outro lado, versará como Sócrates apresenta sua concepção.

No segundo capítulo, foi pontuado como se dá a relação entre as duas maneiras de conduzir o discurso: o discurso filosófico e o discurso retórico. No que se refere ao discurso filosófico, cuja principal prerrogativa é a busca pelo conhecimento verdadeiro dos objetos que investiga, verificaremos que há uma relação intrínseca entre o ato de conhecer e a essência das coisas. Enquanto no campo da filosofia o discurso deve estar atrelado à verdade, para a retórica, o que será levado em consideração é a persuasão. Além disso, os retóricos não consideram a linguagem como um instrumento de significação capaz de revelar a essência dos objetos. Para eles, o caráter humano da fala evidencia a subjetividade própria da comunicação; se a fala é uma manifestação humana, então todo discurso é inevitavelmente subjetivo por natureza.

À vista disso, a análise dos referidos tipos de discurso, o filosófico e o retórico, permitirá desenvolver uma melhor amostra das diferenças existentes entre as espécies de discurso em questão, aclarando assim, esse importante recurso, o qual é essencial no campo de desenvolvimento de ideias.

CAPÍTULO I

O conceito de Retórica no *Górgias*, de Platão.

1.1. O conceito de retórica para Górgias.

O conceito de retórica vai sendo construído gradativamente no diálogo *Górgias*² de Platão, ou ao menos essa é a pretensão, a partir das indagações feitas por Sócrates aos seus interlocutores. Essas indagações partem da dúvida de Sócrates acerca do objeto da retórica, uma vez que, como ele afirma, quando indagamos sobre qual o objeto das outras artes temos um que caracteriza e define estas artes. Assim, desenvolve-se um movimento argumentativo, no qual se parte da análise das respostas fornecidas inicialmente pelos seus interlocutores para buscar definir a conceituação da retórica. Esse movimento argumentativo constitui o método socrático, que se caracteriza, por assim dizer, pela abordagem centrada na inquirição das asserções dos envolvidos no diálogo, a fim de que se chegue a um maior esclarecimento do que está sendo discutido.

Na passagem (449) Sócrates começa esse movimento perguntando a Górgias qual o objeto da retórica. Tal questionamento estabelece um paralelo com o mesmo processo pelo qual se é inquirido, a saber: no que consiste a destinação das outras artes, como acontece na música, na tecelagem. Analisando esses exemplos, a resposta que se obtém é que a música tem por objeto a “composição de cantos”, o objeto da tecelagem, consiste na “manufatura de roupas”. Assim, de modo semelhante — a que se destina a retórica? — irá perguntar Sócrates.

Por conseguinte, vale destacar um aspecto formal do texto como um todo. A busca pela conceituação da retórica no *Górgias* acaba concedendo ao diálogo uma estrutura do método socrático. Esse método se manifesta numa busca por uma definição mais específica do que aquela mais geral, a qual não faz jus ao objeto que se quer definir. Em outras palavras, há um deslocamento no que tange a esse processo declarativo que expressa o significado de um determinado objeto, resultando na definição que parte de algo genérico para um âmbito mais específico. Seguindo esta perspectiva, vale citar o entendimento de George Gomes:

Detendo-nos na primeira parte do diálogo, vemos que Sócrates aplica seu método refutativo (*elenchos*) sobre Górgias, um eminente orador grego, para

² PLATÃO. *Górgias*. Tradução de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

desvelar qual poder ele possui e se pode ser considerado efetivamente uma “arte” (*tékhnē*). Em seus passos iniciais, Sócrates promove um refinamento sistemático da noção de retórica defendida por Górgias, desidratando-a até o ponto em que ela melhor poderá ser confrontada com outras *tékhnai*.³

Em *Górgias* é perceptível o uso desse método socrático. O texto apresenta uma estrutura dialógica, na qual serão apresentadas definições sobre o que vem a ser a retórica. Isso se dá por meio de conversas travadas entre Sócrates e seus interlocutores/personagens, utilizando-se das indagações daquele como maneira de se chegar ao esclarecimento sobre a referida arte. É a partir disso que, logo no início do texto, Górgias será questionado sobre a conceituação da retórica e qual designação que lhe é cabida. Assim, o diálogo terá como fio condutor a busca de Sócrates por uma definição do que vem a ser esta arte praticada por Górgias e, segundo este orador, passível de ser ensinada a qualquer pessoa (449b).

Górgias, primeiramente, nessa tentativa de responder qual objeto de conhecimento da retórica, a define como a arte dos “discursos”⁴. No entanto, Sócrates logo irá questionar: qual espécie de discurso? Porque outras artes como a medicina e a ginástica também usam os discursos como meio para alcançar seus objetivos (450a-b), e mesmo assim, estas artes não são tidas como retórica e nem derivativas desta. Ou seja, dizer que a retórica tem como objeto os discursos não é suficiente para defini-la e, com isso, distingui-la das outras artes. É necessário um exame mais acurado sobre a definição dessa arte praticada por Górgias. Nesse momento, já se verifica o método socrático em curso, uma vez que esta primeira definição gorgiana sobre a retórica, encontra dificuldade para se estabelecer como a mais adequada.

Visto que essa primeira definição da retórica não se mostrou suficiente para aclarar o conceito de retórica, Górgias apresenta uma reformulação sobre o que vem a ser esse conceito, qual seja: a retórica se diferencia das demais artes por se utilizar somente do discurso enquanto as outras utilizam outros recursos em suas atividades. Por exemplo, uma das artes mencionadas no diálogo é a medicina (450a). Górgias faz uma distinção entre a retórica, que só tem o discurso como instrumento, e a medicina, pois esta, apesar de fazer o uso do discurso, faz também uso de procedimentos manuais. Na medicina, por exemplo, não só é o discurso do profissional desta área que precisa estar presente para

³FERREIRA, George Gomes. A retórica platônica no diálogo *Górgias*. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 2, n. 25, p. 55-86, 2022, p.62.

⁴ PLATÃO. *Górgias*, op. cit., p. 181.

se realizar um atendimento médico, mas também o uso das mãos do profissional e instrumentos ligados a esta área de saúde. Com esta definição, Górgias parece elevar essa prerrogativa de se fazer somente o uso do discurso como recurso de sua arte a um grau de importância, capaz de mostrar a sua peculiaridade. Qual seja: o fato de a retórica não ter um objeto restrito, o *rétor* (orador) tem capacidade de falar de qualquer assunto.

Mesmo com essa reformulação que o conceito de retórica passa, ela ainda carece de uma maior delimitação quanto ao seu significado, pois Sócrates levantará outro contraponto ao que Górgias argumentou. Tal contra-argumento concerne a seguinte questão: dizer que a retórica se define como a arte que só usa o discurso não se configura como uma definição precisa, haja vista o aparecimento de outras artes que também só tem o discurso como recurso para sua realização, como é o caso da aritmética, do cálculo, entre outras (450e). Ou seja, aquilo que qualificava a retórica como tal não se efetua, visto que ter somente o discurso como objeto não é exclusividade da retórica, pois outras artes também operam por intermédio do discurso, seja de forma parcial ou na sua completude.

Como a retórica não pode ser definida como a arte que se efetua somente pelo discurso, tendo em conta que outras artes também têm o discurso como instrumento, a discussão caminhará para a investigação sobre a natureza do discurso retórico. Nesse sentido, como expresso nesta passagem (451b) do diálogo:

SOC: Adiante então, e responde conclusivamente ao que te perguntei! Visto que a retórica consiste em uma dessas artes que servem preponderantemente do discurso, e visto que, em contrapartida, também há outras artes do gênero, tenta dizer, então, a que coisa concerne à retórica cuja realização se dá no discurso! Por exemplo: se alguém me perguntasse, a respeito de qualquer uma daquelas artes a que antes me referia, “Sócrates, o que é a arte aritmética?”, eu lhe diria, como fizeste há pouco, que uma daquelas cuja realização se faz mediante o discurso. E se tornasse a perguntar “dentre essas, a respeito de quê?”, eu lhe diria que uma daquelas cujo conhecimento concerne ao par e ao ímpar, à qualidade de cada um deles.

O que Sócrates quer extrair de Górgias é um delineamento conceitual da retórica, assim como no caso da aritmética, por exemplo, que da mesma forma que a retórica tem o discurso como seu instrumento de ação, o que irá diferenciar aquela das outras ciências é a natureza do discurso aritmético. Este, definido como o discurso que “concerne ao par e ao ímpar”, e assim se seguirá o rol de exemplificação socrático: o discurso da astronomia se prestará a descrever “os movimentos dos astros, do sol e da lua, de como se relacionam suas respectivas velocidades” (451c).

Esse delineamento perfaz o que Sócrates contrasta com as respostas vagas que seus companheiros no diálogo oferecem. Seja na ocasião, logo no início do diálogo, em que Polo, ao ser perguntado por Querefonte, sobre qual seria a arte que Górgias arrogava dominar, não soube responder a gosto de Sócrates (448e), seja a resposta do orador leontino ao dizer: “Às melhores e às mais importantes coisas humanas, Sócrates” (451d4). Em ambas as respostas o que se vê é atribuição de qualidades a retórica e não sua definição. O que se configura como a queixa feita por Sócrates a esse tipo de resposta, pois, conferir mérito a uma ciência é uma atividade que todos fazem e na visão de cada conhecedor de uma arte a sua arte é valiosa (451e-452d).

Tal como se verifica nessa busca em trazer uma definição mais específica da retórica, que se desloca daquela definição geral que declara, na fala de Górgias, ser a retórica a arte “dos discursos”, a definição específica viria a ser “a arte que só usa o discurso em seu efetuar”.

Essa estrutura do método socrático, que parte das respostas dadas pelos seus interlocutores, se manifesta novamente nas falas dos personagens quando Sócrates faz o questionamento sobre qual a espécie do discurso que os retores usam em suas atividades. A devolutiva de Górgias é que sua arte é aquela que emprega o discurso que persuade. E, mais uma vez, seguindo esta estrutura do geral para o específico, a pergunta socrática será canalizada para qual espécie de persuasão a retórica advoga para si e qual o objeto dessa persuasão. Ou seja, é perceptível o paralelo entre as asserções entre Górgias e Sócrates, isto é, da declaração geral “arte dos discursos” para a mais específica “arte que só usa o discurso” de igual modo a “arte que usa o discurso para persuadir” como geral para a “arte que persuade nos tribunais e nas demais aglomerações” (454b4).

Depois desse recorte quanto ao caráter formal do texto, retomemos o movimento argumentativo de encontrar o conceito de retórica. Primeiro, na tentativa de esclarecer melhor qual o objeto da retórica, Górgias enuncia que a sua arte é aquela que dispõe de um discurso que persuade. Neste momento da conversa entre Górgias e Sócrates, ao discurso retórico é atribuído o caráter persuasivo e a persuasão consistirá na principal característica da retórica. Voltaremos a esse ponto referente ao conceito de persuasão mais adiante no texto. Por ora, continuemos nas reformulações que ambos os interlocutores apresentam dessa arte.

Mais uma vez esta afirmação de Górgias, na qual ele diz que a sua arte é aquela que tem um discurso persuasivo passará por uma nova reformulação, na medida em que essa afirmação será colocada em análise por Sócrates, assim como as definições

anteriores. Sócrates seguirá com inquirições sobre o que foi anunciado com a intenção, como diz ele, “de que dessa maneira avancemos ao máximo no esclarecimento daquilo a respeito do que se discute” (453c), isto é, o conceito da retórica.

A demonstração dessa imprecisão de definição da retórica se efetua na maneira como Sócrates mobiliza as perguntas, de modo a trazer para a conversa exemplos em que a mesma definição referida à retórica pode ser aplicada a outras artes. Sócrates inicia a investigação sobre o conceito de retórica considerando o ensino como um modo de persuadir, isto é, ensinar equivale a persuadir alguém naquilo do que é ensinado. Na aritmética, por exemplo, a pessoa que instrui outra pessoa nessa arte, na verdade está persuadindo-a nos assuntos aritméticos. Como se observa nos trechos seguintes (453e5-454a4):

SOC: Portanto, a aritmética também é artífice da persuasão?

GOR: É claro.

SOC: Assim, se alguém nos perguntar de qual persuasão e a que coisa concerne, responderemos a ele que daquela que nos ensina tudo quantos concerne ao par e ao ímpar. Não poderemos demonstrar que todas as outras artes, às quais há pouco nos referíamos, também são artífices da persuasão, e de qual persuasão e a que coisa concerne, ou não?

GOR: Sim.

SOC: Portanto, artífice da persuasão não é apenas a retórica.

GOR: Dizes a verdade.

O argumento levantado por Sócrates alude ao fato de que há uma equivalência entre ensinar e persuadir. Desse modo, se tais artes ensinam sobre o objeto no qual cada uma é conhecedora, então, ao ensinar, o especialista está persuadindo o recebedor de tal ensino. Nota-se na passagem citada acima, o mesmo esquema de perguntas feito por Sócrates, no que tange a sua tentativa em direcionar a conversa para o fim no qual almeja: identificar o que é próprio dessa arte, discernindo-a das outras artes.

Como ficou claro que essa última definição de Górgias, sobre o que vem a ser a retórica, não se manteve concludente, visto ao escrutínio de Sócrates, o orador leontino passará a definir sua arte como aquela que usa do discurso para persuadir “os juízes no tribunal, os conselheiros no Conselho, os membros da Assembleia e em toda e qualquer reunião que seja uma reunião política.” (452e). Nessa nova definição, é possível observar que, embora não se deva suprimir o caráter persuasivo da retórica quando se trata da esfera particular, como no caso citado por Górgias, em que este persuadiu os pacientes que estavam aos cuidados do seu irmão que era médico (456b), a dimensão política dessa

arte alcança maior grau de relevância no diálogo, seja pelo exemplo (452e), seja pelo contexto histórico no qual foi escrito.

A investigação do uso do discurso retórico, mais especificamente no âmbito público, constitui um ponto importante. O cenário político e, mais precisamente, o da vida política ateniense no século V a.C., apresenta uma peculiaridade quanto a maneira como os cidadãos participavam da política. Tal peculiaridade se dava pelo fato de que os cidadãos, ao participarem das reuniões públicas, tinham direito a se pronunciar. Górgias ao apresentar essa relação entre a retórica e esse direito no âmbito político acaba demonstrando o grande interesse que esta arte vinha ganhando naquele contexto histórico. E foi um dos motivos pela procura por parte dos cidadãos que pretendiam adentrar na vida pública ou adquirir notoriedade dentre os demais. Saber falar bem dava ao orador a capacidade de se sobressair sobre os demais cidadãos, e conseqüentemente, tornava o discurso um distintivo de poder, como bem aponta Fernando Czekalski:

A comunicação eficiente do próprio saber era o elemento vital para que não apenas o cidadão se fizesse notar, mas também o sábio. Nesta perspectiva, uma arte retórica não seria apenas o coroamento de uma educação, mas sim aquilo mesmo que a efetiva publicamente. É ela que permitirá ao cidadão ilustrado transitar com desenvoltura por todos os níveis da pólis. É justamente por isto que a retórica se constituía como atividade eminentemente política, ou seja, que acontecia, se efetivava e se justificava no âmbito da polis.⁵

A partir desta importância de se buscar um bom manejo da palavra em reuniões públicas por parte dos cidadãos, é que os mestres da retórica irão propagar a ideia de que eles são os cumpridores dessa tarefa de ensinar uma boa oratória para estes cidadãos. Ou seja, da necessidade em que cidadãos se veem impelidos a desenvolverem uma eloquência proeminente nas discussões, devido à força em que a participação política estava ganhando naquele contexto, tais mestres arrogam para si essa demanda e a transformará em um serviço que visa ensinar técnicas de oratória.

Depois desta apresentação sobre a retórica que ganha um caráter político e o que isso significa dentro dos contornos da cidade, resta relatar a que parece ser a última definição de Górgias do que vem a ser a retórica.

Parece, de acordo com a leitura do diálogo, que Górgias insiste em expor esse caráter político do poder persuasivo da retórica ao afirmar “refiro-me a esta persuasão, Sócrates, à persuasão nos tribunais e nas demais aglomerações, como antes dizia, e

⁵CZEKALSKI, Fernando. A Tribuna de Górgias: Linguagem, retórica e oportunidade. **Revista Hypnos**, n. 16, 2006, p.104.

concernente ao justo e ao injusto” (454b4). Isto posto, essa afirmação de Górgias direciona a investigação sobre o conceito de retórica para a questão moral. Este caráter da retórica de poder ensinar sobre o justo e o injusto é motivo de rejeição por parte de Sócrates, como se evidenciará na discussão entre ambos sobre a diferença entre crença (*dóxa*) e conhecimento (*epistéme*) (454c5-d).

Sobre esta diferença, ambos, tanto Górgias quanto Sócrates, irão concordar que no campo da *dóxa* é possível se estabelecer uma crença verdadeira e uma crença falsa, dado a natureza da crença. O que não se confirma para o campo do conhecimento, visto que não se pode ter essa ambivalência verdadeiro/falso para este campo. Assim, esta diferenciação acarretará a última definição: “Portanto, a retórica, como parece, é artífice da persuasão que infunde crença, mas não ensina nada a respeito do justo e do injusto.” (455a).

Assim, a persuasão retórica se distingue das outras artes pela sua transmissão de crenças no ouvinte deste discurso. Todo empreendimento persuasivo se efetua no processo de elaboração de crenças que podem ser verdadeiras ou falsas. Assim, o *rétor*, de acordo com esta última definição, é aquele que ao proferir seu discurso nas reuniões públicas, está na verdade trabalhando com as crenças do auditório e não tratando de uma questão de conhecimento.

1.2. O conceito de retórica para Sócrates.

Sócrates começa sua conceituação sobre a retórica no que os comentadores denominam de segundo momento do diálogo, no qual Sócrates dialoga com um dos seus interlocutores, chamado Polo. Sua primeira resposta direcionada a Polo consiste na sua afirmação de que a retórica não é uma arte (*téchne*) (462b5). Ao fazer tal alegação acerca da retórica, ele iniciará toda uma argumentação do que para ele consiste este ofício. Mas antes de apresentarmos essa argumentação, faz-se necessário um melhor entendimento sobre o que é arte para Sócrates.

A *téchne* para Sócrates apresenta duas dimensões no que tange ao seu campo conceitual. A primeira dimensão diz respeito à noção de que quem desempenha uma *téchne* só realiza tal arte porque possui o conhecimento necessário do objeto pelo qual esta arte é fazedora. Em outros termos, um artista para Sócrates é aquele que tem ciência daquilo no qual sua arte produz. Dentre vários exemplos referidos no diálogo, podemos

citar o caso do aritmético. Este, seguindo o parâmetro socrático concernente ao que é uma *téchne*, pode ser enquadrado no rótulo de artista porque é conhecedor ao que toca ao número. Mas, pode-se perguntar: o que faz com que alguém afirme ter gabarito para dizer que conhece um objeto? Como o aritmético tem qualificação para afirmar que tem conhecimento sobre os números? Na visão de Sócrates, seria a capacidade deste matemático em definir aquilo que se dispõe a definir, como bem esclarece Aldo Lopes Dinucci:

Sócrates considera que aquele que possui verdadeiramente uma *téchne* possui a ciência do objeto do qual a *téchne* se ocupa, e tal ciência (*epistéme*) significa, para Sócrates, a posse da definição da essência (*eidos*) do objeto da *téchne*.⁶

Decorrente dessa última pergunta, acerca da credibilidade de quem diz conhecer o objeto, surge, necessariamente, outra. Quais os critérios dispomos para saber que a definição dada do objeto em questão é a definição verdadeira? Em seu artigo "Os axiomas do pensamento socrático"⁷, A.L.Dinucci nos ajuda a compreender melhor esse ponto. O primeiro critério diz respeito à não validação de qualquer maneira para se chegar ao conhecimento do objeto, pois tal conhecimento exige sempre uma via apropriada. Ou seja, em sua formulação do que vem a ser o objeto, a definição não deve dispor do termo a ser definido. Exemplificando, se para definir, de acordo com este critério, o que vem a ser a arte da música, deve-se evitar o uso do termo em sua definição. A.L.Dinucci chamará esta exigência de "epistemológica"⁸ por se tratar do processo pelo qual o objeto é conhecido.

O segundo critério aponta para a equiparação entre o objeto e a essência (*eidos*) que define tal objeto. Isto significa que a *essência* é aquela que fundamenta o motivo pelo qual o objeto tenha um conjunto de características que lhe são próprias. O que vai determinar que um objeto seja definido como mesa é a *essência* de mesa que qualifica quais as características são pertinentes a qualquer mesa. Tais atributos podem ser: ter uma parte plana que fica na horizontal, sustentada por uma base e que serve de apoio para colocar itens (coisas, objetos). Ainda dentro deste segundo critério, vale mencionar um ponto: não é válido definir o objeto a partir de uma outra *essência*. Essa busca em definir

⁶ DINUCCI, Aldo Lopes. SÓCRATES VERSUS GÓRGIAS: As noções de *téchne* e *dýnamis* aplicadas à retórica. 2008, p.30

⁷ Id., Os axiomas do pensamento socrático. *Revista Dissertatio de Filosofia*, v. 26, p. 155-166, 2007.

⁸ Ibid., p158.

uma *essência* do objeto em análise é o que A.L. Dinucci denomina de “exigência metafísica”⁹, pois é próprio da Metafísica estudar este aspecto.

Essa impossibilidade da existência de uma *essência*, que na definição do objeto comporta outra(s) *essência(s)*, pode ser vista no modo como Sócrates recusa a primeira definição de Górgias sobre a retórica, tendo em vista que esta definição não se enquadra bem à esse segundo critério. Em relação a isso, ao afirmar que a retórica consiste na “arte dos discursos” (449d8), ou, a *essência* da retórica diz respeito aos discursos, sendo esta a sua *essência*, Górgias incorre em erro, haja vista outras artes também terem o discurso em seu âmbito. Essa busca socrática pela definição mais precisa se confirma nas palavras de A. L. Dinucci quando diz:

A importância da questão “O que é X?” não se deriva, portanto, de seu número de ocorrências nos diálogos socráticos, mas da importância que Sócrates confere a ela, sobretudo do fato de ser ele muito metuculoso no que se refere às definições. Com efeito, Sócrates muitas vezes obriga o interlocutor a reformular um esboço de definição até que esta seja aceita como candidata a uma verdadeira definição.¹⁰

Conforme afirmamos acima, a noção de *téchne* apresenta duas dimensões. A primeira remete à ideia, na qual um artista é aquele que consegue exercer as atividades concernentes à sua arte, devido à aquisição do conhecimento necessário para tal feito. Dizer que conhece algo, no entendimento de Sócrates, é poder dar a definição desse algo. Sendo assim, o processo de definir acarreta dois critérios: a) existe uma forma adequada para se alcançar o conhecimento das coisas; b) a relação do objeto e sua *essência*.

A segunda dimensão da *téchne* manifesta o caráter moral pelo qual Sócrates relaciona arte com os assuntos morais. Pois, “No caso da *téchne* moral, tal conhecimento significa a posse da verdadeira definição do *eîdos* do Bem, da Virtude e da Justiça. A *téchne*, porém, não se identifica somente com a ciência, mas também com *aphrónesis* (prudência)”¹¹. Segundo este entendimento, a pessoa que é versada na ciência teórica das virtudes, será capaz de saber, diante de qualquer situação, como comportar-se de maneira correta. Tal capacidade se efetua pelo fato de que, como a felicidade é desejada por todos e ser feliz é o mesmo que agir justamente, logo ser portador de tais conhecimentos morais é o suficiente para proceder desta maneira.

⁹ Ibid., p158.

¹⁰ Ibid., p.157.

¹¹ DINUCCI, Aldo Lopes, op. cit., p. 30.

No *Górgias*, segundo os comentadores, Platão não considera a *akrasía*¹² como um fator pertinente às suas investigações. Ou seja, não tem como alguém conhecer o “bem” e agir de maneira que contradiz tal princípio moral. No diálogo, quando Polo argumenta que os oradores e os tiranos têm o poder de realizar atos danosos a outrem, a resposta que Sócrates apresenta é que se estes indivíduos agem dessa maneira é sempre em vista do bem (466d-468b). A ação aqui, de prejudicar, tem a ver com a uma certa ignorância dos mesmos.

No diálogo, quando Górgias define sua arte como persuasão que concerne “ao justo e ao injusto” (454b4) não se constituirá em uma definição válida para Sócrates, já que o ato de persuadir se efetua no campo da *dóxa* e não do conhecimento. E, como foi aludido nos parágrafos acima, o *rétor* não pode ensinar aquilo que ele não conhece (454e5-455a). Isto condiz com a afirmação no capítulo anterior: ensinar significa, de certo modo, também persuadir.

Em resumo, essas duas dimensões compõem uma relação de sobreposição que Sócrates estabelece entre arte (*téchne*), conhecimento (*epistéme*) e essência (*eidos*). Esta relação se revela a partir da condição em que para uma atividade se constituir uma *téchne*, é indispensável ela arrogar para si o conhecimento (*epistéme*) do objeto e ter essa ciência de que o objeto implica ser capaz de se chegar ao *eidos* desse objeto, que se manifesta através da definição.

Depois dessa breve exposição sobre o conceito de arte (*téchne*) na compreensão socrática, retomemos ao momento em que a retórica ganha um status que não é este de ser uma *téchne* por parte de Sócrates. A indagação que se seguirá, e que Polo será o portavoiz, é a seguinte: “Mas o que a retórica te parece ser?” (462b6). A resposta socrática encontra-se na passagem abaixo:

SOC: A certa experiência.

POL: Portanto, a retórica te parece ser experiência?

SOC: A mim, pelo menos, se não tens nada mais a acrescentar.

POL: Experiência de que?

SOC: De produção de certo deleite e prazer.¹³

Como visto nesse trecho, Sócrates define a retórica como uma “experiência” (*empeiria*) que tem por finalidade fabricar no ouvinte, sentimentos e emoções. Tais construtos, por pertencerem ao âmbito da alma ligado ao caráter irracional, não se

¹² FEITOSA, Zoraida Maria Lopes. A questão da unidade e do ensino das virtudes em Platão. São Paulo, 2006.

¹³ PLATÃO. *Górgias*, op. cit., p.225.

consideram dignos de estarem no mesmo nível da razão. Assim, a retórica se situará como um segmento dentro de uma atividade que ele nomeará de “lisonja” (*kolakeia*).

Nesse viés, com o intuito de clarificar melhor seu posicionamento frente à retórica, Sócrates apresenta um panorama comparativo entre os pares: medicina e culinária, ginástica e indumentária, política e retórica, política e sofística (465a-e). Nesses pares há uma separação quanto ao objeto de atuação. Os dois primeiros pares (medicina e culinária, ginástica e indumentária) atuam no corpo e os dois últimos pares (política e retórica, política e sofística) operam na alma. Como nosso objetivo é trabalhar o conceito de retórica no diálogo, nos limitaremos a explicar apenas sobre os pares: medicina e culinária; política e retórica.

A culinária se mostra um segmento da lisonja, pois ela aparenta dispor “em meio a crianças ou a homens igualmente ignorantes como crianças” (464d) de um conhecimento sobre a maneira como os alimentos se configuram como os melhores para a saúde do corpo em detrimento da recomendação médica. Neste caso de disputa entre o médico e o cozinheiro quem tem a prerrogativa para dizer quais os melhores alimentos para o corpo, segundo Sócrates, é o médico. Pois este profissional é que detém o conhecimento concernente ao que é saudável ou não para o corpo. O cozinheiro, por outro lado, apenas compreende aquilo que parece agradável ao paladar e que, para isso, atua pela via irracional, a fim de satisfazer os prazeres e desejos do público. Este caráter irracional, pelo qual a culinária se utiliza, é o motivo que a torna uma atividade vergonhosa para Sócrates.

A mesma analogia usada na relação entre a culinária e a medicina será feita com o par: política e retórica. A retórica por ser aquela que não pode ensinar nada ao ouvinte, já que trabalha no campo da crença, atuará no que parece ser e não no que verdadeiramente é. Toda sua investidura é persuadir este ouvinte, através da lisonja, com o propósito de agradá-lo. Assim, retórica realiza na alma o mesmo que a culinária faz no corpo.

Conforme estas comparações entre os pares, a função corretiva da justiça, para Sócrates, é que ela, assim como a medicina busca sanar os males do corpo para que este fique curado, da mesma forma, a justiça tem o poder de corrigir na alma qualquer indício de injustiça que esta possa praticar. A retórica seria “o simulacro de uma parte da política” (463d), porque não busca corrigir as injustiças nas reuniões políticas e, assim alcançar o bem, mas simula este alcance por meio da ilusão que seus discursos provocam no ouvinte que não detém o conhecimento.

A retórica, para Sócrates, empenha-se em suscitar, através do seu discurso, os prazeres como forma de manipular sua audiência. Uma vez que estes prazeres não são dirigidos pela razão, lança-se dúvidas ao uso deste instrumento, basta considerar como a retórica é apresentada com um caráter pejorativo no diálogo.

CAPÍTULO II

Relação entre duas maneiras de conduzir o discurso: discurso filosófico e discurso retórico.

Como argumenta Luiz Henrique Lopes dos Santos¹⁴, a intenção de Platão é distinguir o discurso filosófico do discurso retórico, uma vez que tanto a filosofia quanto a retórica, vão atribuir ao *logos* um objetivo diferente. Para o discurso filosófico o que importa é o “valor da verdade”¹⁵. Já para o discurso retórico é o “valor de persuasão”¹⁶.

A partir desta distinção, o que seguirá durante todo o diálogo é um conflito entre estas duas maneiras de discursar. O confronto se estabelece a partir do momento em que ambos se apresentam como a arte que detém a melhor maneira de conduzir um discurso racional.

2.1 Discurso filosófico.

O discurso filosófico, que dentre suas prerrogativas se destaca e acaba sendo esta que diferencia do discurso retórico, busca pelo verdadeiro conhecimento dos objetos nos quais se propõe investigar. Essa procura encontra ressonância com a relação entre conhecer e as essências das coisas, já desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação. Assim, seguindo a observação de L.H.L. dos Santos, a filosofia tem como parâmetro de sua realização o “valor da verdade”, que é alcançado pelo método dialético.

Através da dialética, Sócrates pretende subtrair qualquer aspecto subjetivo que permeia as percepções e opiniões, a fim de se alcançar por meio da razão, o que de verdadeiro permanece das coisas em análise. Como o *logos* é a expressão da razão, logo, todo discurso deve seguir esse processo de se desprender das coisas que parecem ser, mas que, com o escrutínio do intelecto, se revelam aparentes.

Diante disso, é importante mencionar que em alguns momentos do *Górgias*, é perceptível a preferência de Sócrates em conduzir o discurso com formulações de perguntas e respostas curtas e certa relutância em admitir discursos muito extensos. É o que pode ser visto na passagem (449b3), por meio da qual o filósofo pergunta a Górgias se este concorda em continuar o diálogo nesses moldes dialéticos em oposição aos

¹⁴ DOS SANTOS, Luiz Henrique Lopes. Retórica versus dialética: divagação a propósito do *Górgias* de Platão. *Analytica-Revista de Filosofia*, v. 17, n. 2, p. 249-263, 2013.

¹⁵ *Ibid.*, p.249.

¹⁶ *Ibid.*, p.249.

“discursos extensos, como Polo principiou”, e em um momento posterior, irá chamar a atenção de Polo para que este controle sua disposição em elaborar falas demoradas (461d).

Sobre a dialética, vale mencionar, ainda, a função do acordo dentro desse tipo de discurso entre os interlocutores, componente imprescindível de um diálogo. Para Sócrates, o discurso filosófico se diferencia do retórico, pois seu método em discursar está em conseguir, com que o seu interlocutor concorde com sua posição, ou que ele mesmo aceite o parecer do outro como válido. Essa distinção fica clara quando Sócrates, em diálogo com Polo, apresenta o modo como os oradores discursam nos tribunais, qual seja: o uso de testemunhas para dar mais força ao argumento defendido. Este proceder retórico é motivo de censura por parte do filósofo (472a-e), pois não tem compromisso com a busca da verdade.

Essa reprovação se dá pelo fato de que em uma audiência, uma pessoa pode ser considerada culpada de algo que não cometeu simplesmente pelos depoimentos não verdadeiros de pessoas que a outra parte apresentou ao júri. Assim, como se verifica, o discurso pode convencer o auditório sem necessariamente pautar pela veracidade dos fatos narrados. Quanto a Sócrates, como este visa a verdade, o que o interessa é a aceitação de sua perspectiva de quem está a dialogar com ele e vice-versa. Com isto, o uso desse recurso testemunhal não lhe é útil.

Esse delineamento socrático, em relação a quem será ouvido e qual o receptor de suas ponderações, é feito em resposta à postura de Polo em tentar contestar Sócrates. Polo, em sua tentativa, faz menção a algumas figuras públicas como Arquelau e o Grande Rei¹⁷ a fim de tornar seus argumentos fortes.

A utilização desse recurso se verifica também nas falas dos outros personagens do diálogo. Por exemplo, quando Górgias menciona Temístocles e Péricles, dois políticos que exerceram grande influência em Atenas com os seus “conselhos” (455e). E de igual modo, Cálicles, com o intuito de reforçar sua ideia acerca da lei ser produto dos mais fracos para não permitir que os fortes se sobressaiam, cita um poema de Píndaro (484b).

Em sequência, ainda na referida conversa, Sócrates irá deixar mais clara esta distinção das duas maneiras de discursar (476a):

Soc: Vês então, Polo, que comparando uma refutação com a outra, elas em nada se parecem: embora contigo todos os outros concordem exceto eu, para

¹⁷ Os gregos designam o Rei da Pérsia como o Grande Rei.

mim tu me bastas, mesmo sendo apenas um, pois concordas comigo e testemunhas em meu favor; e eu, dando a pauta da votação somente a ti, dispenso os outros.

Em outro momento do diálogo (487e), há essa mesma alusão ao acordo como validação de uma comunicação eficaz, no que diz respeito à verdade. Neste momento da conversa, Sócrates faz questão de assegurar que seu interlocutor, ao não manifestar opinião contrária à questão em análise, é um indicativo de que não precisam rever tal questão. Mas seguindo a conversa, o que se observa é um desacordo entre os personagens, ao ponto de Cálicles sugerir a Sócrates que este continue a conversa com outra pessoa (505c), e que, se sua concordância com o que estava sendo dito era tão somente em consideração a Górgias e não partia de uma real correspondência com suas convicções. Outra opção seria a possibilidade do filósofo continuar expressando suas ideias de modo solitário, transformando o diálogo em um monólogo a partir daquele momento.

Ademais, A.L. Dinucci¹⁸ também irá afirmar que os embates entre Sócrates e seus oponentes no diálogo decorrem da maneira como cada um irá tratar os valores morais. Para os retóricos, a moralidade é relativa, pois os seres humanos não têm acesso aos desígnios das divindades e que, por isso, sua fonte de conhecimento se limita ao que está no plano terreno, onde as leis e os valores, são resultado do que parece ser o melhor humanamente falando. O princípio que irá regular esta moral é o kairós, pois se buscará avaliar quais as normas ou quais as leis, aparentam as melhores de acordo com cada situação. Kairós é o termo que os gregos costumam usar para designar esta oportunidade e estava vinculado a mais de um significado na Grécia antiga¹⁹. Um dos exemplos mencionados, é o fato de que este termo se refere a uma divindade Kairós que comumente aparecia associada com Kronos. Esta associação decorre de ambos representam duas maneiras de qualificar o tempo. Se por um lado, Kronos é o deus do tempo que acontece continuamente e que, por isso, é possível medir quantitativamente, por outro lado, Kairós significa o deus do tempo oportuno. Outra área apontada é a militar, era necessário conhecer qual a melhor ocasião para o ataque.

É a partir deste conjunto referencial da cultura helênica que Górgias irá relacionar a maneira retórica de produzir seu discurso ao kairós. É na experiência pública que, saber utilizar as melhores palavras, os recursos linguísticos apropriados a cada

¹⁸ A.L.Dinucci, 2008, p.

¹⁹ BEZERRA JÚNIOR, Mauricio Alves. **A ambiguidade do discurso retórico: caminhos e descaminhos da persuasão (Peithó) como instrumento para a filosofia no Górgias, de Platão.** 2016, p.44.

situação, se mostra um fator indispensável para os retores. E é com base nisto que Cálicles irá questionar Sócrates sobre qual o proveito do discurso filosófico para a vida pública. Situação esta que Cálicles aconselha o filósofo a deixar de lado a filosofia (484d):

Esta é a verdade e tu reconhecê-la-ás se puseres imediatamente de parte a filosofia para te dedicares assuntos mais altos. A filosofia, Sócrates, não deixa, de facto, de ter o seu interesse quando é estudada com moderação na juventude, mas, se se prolonga o seu estudo para além do seu conveniente, transforma-se numa autêntica calamidade.

Como declara Cálicles neste trecho do diálogo, aquele que se empenha em continuar os estudos da filosofia para além da juventude, carece das habilidades que a vida pública requer. Tais como: não consegue lidar com os negócios de maneira perspicaz; não leva em conta o regimento das leis na cidade; não se permite experienciar os desejos e paixões em sua forma plena. E quando se propõe a discorrer sobre tais competências, é objeto de riso pelos os que o escutam.

Já do ponto de vista socrático, estes valores são absolutos, como o Bem, a Justiça. O que possibilitará o conhecimento de tais valores é o uso da razão. Isso se evidencia no momento em que, segundo Sócrates, as nossas ações têm como fim estas virtudes. Observemos como o filósofo desenvolve esta visão no diálogo (468b):

SOC: Portanto, quando caminhamos, caminhamos no encalço do bem, julgando ser melhor caminhar, e, ao contrário, quando nos firmamos, firmamos em vista da mesma coisa, do bem; ou não?

POL: Sim.

SOC: Da mesma forma, não matamos, se matamos alguém e o banimos e lhe roubamos dinheiro, presumindo que é melhor para nós fazê-lo do que não fazê-lo?

POL: Certamente.

SOC: Portanto, quem faz todas essas coisas as faz em vista do bem.

Esta conclusão, na qual chega Sócrates, advém de uma discussão que parte da afirmação de Polo de que os oradores, assim como os tiranos, são os mais poderosos da cidade. O que desencadeia uma ressalva de Sócrates de que esta afirmação de Polo se mostra questionável, pois depende de como “poder” é entendido. Se é assumida a premissa de que o poder é um “bem a quem possui” (466b), então os oradores não exerciam tamanha autoridade como imaginava Polo. Ou seja, o aspecto moral no discurso socrático é um fator que sempre está presente e será, como se pode ver, motivo de discordâncias entre seus interlocutores no diálogo.

L.H.L. dos Santos aborda essa questão dos contornos morais defendidos por Sócrates da seguinte maneira:

O verdadeiro poder, condição da verdadeira felicidade, consiste na capacidade de agir segundo o que é realmente bom e justo, de modo que apenas a ciência do bem e da justiça pode propiciar, de maneira racionalmente fundada, essa capacidade. O retórico, por definição, lida com os elementos irracionais que intervêm na ação humana (as impressões e sentimentos imediatos, as paixões, os preconceitos); por isso, não pode pretender dispor de uma arte, mas tão somente de uma habilidade empírica.²⁰

Nesse trecho o que se aponta é que, diferente daquela afirmação de Polo de que os mais poderosos na cidade são os tiranos, pois estes têm o poder realizar atos como assassinatos, roubos, deportações na cidade, quem detém o real domínio, de acordo com esta perspectiva socrática, é aquele que consegue realizar ações justas. E para tanto, faz-se necessário a este sujeito o conhecimento dessas virtudes citadas acima. Como o retórico não visa tal conhecimento, seus discursos ocupam-se dos aspectos irracionais da alma e que, por este motivo, não é considerada uma arte por parte de Sócrates.

Em suma, os principais pontos discutidos em todo esse tópico do discurso filosófico, diz respeito à procura do conhecimento verdadeiro das coisas que a filosofia se propõe a investigar. É o que L.H.L. dos Santos irá nomear de “valor da verdade”. O método no qual Sócrates irá empregar para alcançar tal objetivo no *Górgias* é o dialético. Neste método, a concordância entre os interlocutores se mostra de grande relevância, uma vez que, para Sócrates, está de acordo com o que foi anunciado, permite aos personagens no diálogo, uma progressão de ideias. Assim, ainda neste tópico, foi abordado sobre o aspecto moral, que é entendido de maneira diferente por Sócrates e os retóricos. Para o filósofo, os valores morais são absolutos, e o conhecimento de tais valores será alcançado pela razão. Já para os retóricos, estes valores são relativos, uma vez que as leis são fruto do caráter circunstancial do conhecimento humano.

2.2 Discurso Retórico.

Se para a filosofia, o discurso deve se pautar pelo “valor da verdade”, a retórica, por sua vez, terá o “valor da persuasão” como sentido para seu discurso. E é por assumir este valor que tal atividade tem seus status de arte questionado em todo o

²⁰ DOS SANTOS, Luiz Henrique Lopes, op. cit., p.253.

diálogo. Diferente do que propõe a filosofia socrática, a linguagem para os retóricos não serve como instrumento de significação que permite expressar a essência de um objeto. Para estes, o aspecto humano evidencia a subjetividade da comunicação, pois se a fala é uma manifestação humana, logo, todo discurso é subjetivo por natureza. É em decorrência disto que pensar um discurso objetivo, nos moldes socráticos, torna-se insustentável para a retórica.

A fim de trazer mais clareza sobre este ponto da subjetividade linguística assumida pelos sofistas, e que por isso é o motivo das críticas feitas por Sócrates a retórica, L.H.L. dos Santos se distancia um pouco da temática principal de seu texto e recorre ao que ele nomeia de “divagação”²¹ sobre esse tópico. A depreciação que a retórica recebe por parte de Sócrates tem como pressuposto a ideia de como deveria ser um discurso guiado pela razão. E como já dito antes, discurso racional nos moldes socráticos é aquele que se associa conhecimento com a essência (eidos) de um objeto. A questão levantada por L.H.L. dos Santos é que os sofistas não desconheciam a maneira pela qual Sócrates relaciona discurso racional com a essência das coisas, eles apenas não concordam com esta abordagem.

Para construir essa divagação, ele apresenta a figura de Protágoras, um sofista que tem seu pensamento resumido por Sócrates no diálogo *Teeteto*, com a máxima: “o homem é a medida (*metron*) de todas as coisas, do ser das que são e do não ser das que não são”²² Esta máxima é a base de sustentação que Protágoras usa para desenvolver sua argumentação acerca da ligação que a linguagem mantém tanto com o pensar quanto com a realidade.

No *Górgias*, a depreciação ou o louvor direcionado à retórica, parte da maneira como esta máxima é compreendida pelos personagens. Se entendida no sentido de que o valor dos discursos acerca da existência ou inexistência dos objetos depende da concepção de que tais objetos possuem ou não um caráter ontológico, a retórica, por não assumir tal concepção, acaba recebendo o descrédito por parte de Sócrates. Por outro lado, se assimilada, a partir da ótica na qual o discurso é o meio pelo qual as coisas passam a

²¹ Vale ressaltar que, embora L.H.L. dos Santos use o termo “divagação”, o que ele está apresentado em seu texto é uma aproximação entre a máxima protagórica do homem-medida de Protágoras da tese da inteligibilidade essencial do ser defendida por Parmênides.

²² *Ibid.*, p.256.

ser e não ser, como defende Protágoras, essa desqualificação perde seu lugar na narrativa e abre espaço para uma nova forma de enxergar os discursos retóricos.

Por detrás dessa concepção de Protágoras, o que está em jogo é uma ideia bem mais ampla, conferindo-lhe significado e que repercute na maneira como nós produzimos o conhecimento, qual seja: nosso julgamento das coisas é subjetivo, dado que advém da forma como percebemos tais coisas. Assim, como bem explica L.H.L.dos Santos sobre essa subjetividade do raciocínio:

O vento que sinto que é frio e digo que é frio, meu companheiro sente que não é frio e diz que não é frio. Se ordinariamente consideramos que nossos juízos não são contraditórios, é porque cada um deles atribui ao vento uma qualidade que só está nele como produto de seu contacto sensível com um sujeito de percepção. Uma qualidade sensível, por definição, não é um atributo que as coisas possam possuir independentemente de sua relação com sujeitos de percepção. É um atributo que uma coisa pode possuir relativamente a este sujeito e não possuir relativamente a outro, um atributo que uma coisa pode possuir relativamente a um sujeito em certas circunstâncias e não possuir relativamente ao mesmo sujeito em outras circunstâncias.²³

Nessa descrição, o sujeito está atuando como parâmetro que orienta esse processo pelo qual o juízo relaciona a propriedade sensível “frio” com os dados empíricos percebidos por ele. Em outras palavras, quando este sujeito diz que sente isto ou aquilo, está se colocando como referência dessa asserção. O discurso é sempre um “discurso de alguém” e muitas vezes isto não é levado em conta no momento em que nos pronunciamos sobre algo. A não observância desse fato abre espaço para uma compreensão da linguagem como um processo pelo qual as ideias declaradas pelo sujeito não estão sujeitas à maneira como este anunciante percebe o mundo e como as situações do cotidiano o afetam.

Assim, ele afirma que para Protágoras, toda crença expressa, necessariamente, um juízo particular daquilo que as percepções nos apresentam das coisas no caráter de ser. Logo, o ser e o não ser, mostra-se pela percepção e não diz respeito àquilo que é e não é, independente do sujeito, mas são e não são a partir do julgamento pessoal do que aparece para cada um de nós seres humanos. Ou seja, essa caracterização ontológica está condicionada ao sujeito e as situações em que se dá tal feito.

²³ Ibid., p.257.

Essa ligação entre o sujeito e o ser das coisas percebidas se verifica também na relação entre a existência ou não dos objetos que sucede ao pensamento e ao sujeito. Toda a ação de julgar, pensar ou de acreditar em algo se coloca a partir deste sujeito que realiza tais capacidades cognitivas. Assim, tanto o conteúdo que se apresenta à percepção quanto o que aparece ao pensamento, têm como instrumento de transmissão tal sujeito que percebe e que pensa tais conteúdos.

Com isto em vista, a advertência feita por L.H.L.dos Santos, é de que o preceito de Protágoras não significa que, por se valer deste caráter subjetivo, as coisas são aquilo que aparentam ser para o sujeito e assim se formulem concepções destas coisas que não tenham qualquer compromisso com a realidade. Pois, como afirma L.H.L.dos Santos, a partir da máxima protagórica, não se deve concluir que exista uma dissociação entre pensar e ser. Em outros termos, no pensamento não há ideias aparentes do que podem vir a ser estas coisas, mas tais ideias dizem respeito às coisas como elas realmente são. Essa identificação entre pensar e ser concerne a “tese da inteligibilidade essencial do ser”²⁴ que Parmênides e posteriormente Platão e Aristóteles adotaram em seus respectivos sistemas filosóficos. Assim, dizer que “o homem é a medida (metron) de todas as coisas, do ser das que são e do não ser das que não são” é o mesmo que afirmar que tanto os juízos não têm independência em relação aos sujeitos que os declaram, quanto a verdade, não ultrapassa a dimensão humana de verdade.

Com esta ressalva, o que se reitera é que Protágoras não suprime a razão e a moral em detrimento de sua tese, mas que não se pode afirmar que os conteúdos das mesmas são independentes do sujeito que as profere. Um juízo sempre será um juízo de alguém, um valor será o valor desta pessoa em específico, não há como dizer que existem sentenças ou valores que têm sua razão de ser fora do sujeito, como sustentava Platão.

E para reafirmar essa posição junto a estes filósofos, o que o sofista apresenta é uma perspectiva diferente destes sobre as temáticas mencionadas acima, mas que a discordância não enseja uma posição extrema que nega a possibilidade de se estabelecer o real do que parece real. Como confirma L.H.L.dos Santos:

A dissolução da distinção entre realidade e aparência, radicalmente sustentada, deve redundar na dissolução de toda racionalidade e toda moralidade. Essa é a lição que, no Górgias, se extrai da fala do imoralista Cálicles. Não é essa, porém, a lição de Protágoras, a julgar pelas teses que Sócrates, no melhor espírito do fair play dialético, lhe atribui no Teeteto (166 – 167) e que Platão o

²⁴ Ibid., p.258.

faz defender no diálogo Protágoras. Por assimilar o ser ao que aparece a um sujeito de percepção, juízo e crença, Protágoras não se sente obrigado a abandonar os valores da racionalidade, sabedoria e moralidade.²⁵

Se para defender sua tese, Protágoras não recorre ao extremismo, o mesmo não se pode dizer de Cálicles. É por meio do discurso desse personagem que tal posição ganha seus contornos. Este personagem passa a dialogar diretamente com Sócrates a partir de seu questionamento dirigido a Querefonte que trata sobre a seriedade ou não da conclusão que se obtém da conversa entre o filósofo e Polo (481b2). Tal conclusiva se resume a esta fala de Sócrates: “Tinha eu, portanto, razão em dizer que, não apenas eu e tu, mas ninguém preferiria cometer a injustiça a sofrê-la, porque o primeiro caso é pior” (475e5). Ou seja, a pessoa que realiza uma ação injusta é mais miserável se comparado a quem sofre tal ato porque a felicidade está relacionada a agir com justiça e modo virtuoso.

É com esta resolução que Sócrates vai trazer a possível utilidade que a retórica teria para os cidadãos, pois, na ocorrência de uma injustiça, o sujeito a usaria para se incriminar ou denunciar quem realizou tal episódio, mesmo que o denunciado seja um familiar ou faça parte do rol de amigos do acusador. A partir dessa atitude de não eximir a si próprio ou seus conhecidos ao julgamento e a provável pena, o filósofo faz uma comparação com o doente que, sem temor, se deixa ser tratado pelo médico. Da mesma forma que o tratamento imprime sofrimento, este estágio é momentâneo e tem por objetivo a cura, assim também a punição do tribunal para o condenado pode causar-lhe dor, mas é em vista do seu bem que se permite este martírio.

Assim, é diante dessas alegações de Sócrates quanto à injustiça e ao uso da retórica como um recurso à justiça que Cálicles se vê em dúvida e pergunta a Sócrates “estás a falar a sério ou a brincar?” (481c). Pois, se esta é a maneira correta como se deve proceder quanto ao uso dos discursos retóricos, como declara Cálicles, a “vida humana ver-se-á completamente transformada” (481c), uma vez que sua constatação da realidade se mostra totalmente diferente dessa proposta de Sócrates para com a retórica. Ou seja, para Cálicles, o discurso retórico, na prática, não se compromete com tais ideais socráticos e se Polo e Górgias concordaram com Sócrates quanto a esse uso da retórica, foi porque estes dois personagens não conseguiram contestar os argumentos socráticos. O motivo desse recuo por parte destes personagens, segundo Cálicles, foi que Sócrates se utilizou do artifício da vergonha para constrangê-los e, assim, induzi-los a não declararem

²⁵ Ibid., p.258-259.

o que pensam de verdade. Cálicles acusa Sócrates de não seguir o mesmo parâmetro para as perguntas e as respectivas respostas. Se perguntado pelo prisma da “natureza”, a resposta que se quer é de acordo com a “convenção” e vice-versa.

Para Cálicles, natureza e convenção são duas instâncias contrárias entre si. De acordo com a competência da natureza, aquela asserção socrática na qual alega que praticar algo injusto é pior do que suportar tal feito se constitui incongruente, pois seguindo tal esfera, tudo que traz prejuízo é ruim. Logo, sofrer a injustiça é o maior de todos os males. Aceitar infortúnios não é uma postura natural de um homem, se este o permite é porque se mostra fraco e incapaz de uma revidar, que neste caso perfaz a figura do “escravo”. A justiça, conforme esta perspectiva, prescreve que o melhor domine sobre o inferior e o que detém mais força sobre os mais debilitados.

A convenção seria uma criação destes que, por não competir no mesmo nível de força e posição dos favorecidos pela natureza, se servem de leis e princípios que outorgam um nivelamento entre todos os indivíduos. Assim, se todos são iguais perante a lei, aquele que quer se sobrepor aos demais comete um ato desonroso e injusto. Nesta conjectura, a legislação é manobra de manipulação dos mais fracos a fim de que possam satisfazer suas conveniências pessoais. Sobre este aspecto volátil das leis, Cálicles vai declarar (484a):

A fim de plasmarmos os melhores e os mais vigorosos de nossos homens, nós os capturamos ainda jovens como se fossem leões, e com encantos e feitiços os escravizamos afirmando que se deve ter posses equânimes e que isso é o belo e o justo. Todavia, se o homem tiver nascido, julgo eu, dotado de uma natureza suficiente, ele demolirá, destroçará e evitará tudo isso; calcando nossos escritos, magias, encantamentos e todas as leis contrárias à natureza, nosso escravo, sublevado, se revelará déspota e o justo da natureza então reluzirá.

Nesta passagem, o que chama a atenção e reforça esse condicionamento pelo qual estes sujeitos que pretendem ter um tratamento diferenciado perante outros, são as expressões usadas pelo personagem e que fazem parte do mesmo campo referencial, são elas: “sortilégios”, “encantamentos” e “nossas magias”. O que ele parece apontar é o caráter sobrenatural que estas leis exercem no sujeito, visto que, se tal sujeito seguisse o aspecto natural que condiz com seu potencial e instintos intrínsecos, não se comportaria passivamente.

Depois desse breve recorte que apresenta uma postura totalmente destoante da qual Protágoras se direciona, retomemos para o ponto no qual a tese “homem-medida” sustentada por este sofista não desconsidera a racionalidade e a moralidade. Ou seja, Protágoras por compreender que a existência ou não das coisas se apresenta a partir do sujeito que percebe tais existências, essa percepção por denotar seu caráter subjetivo não elimina o uso da razão, mas a utiliza para julgar tudo aquilo que nos aparece. Para este sofista, tal julgamento se dá no momento em que o sujeito consegue diferenciar o que lhe aparece em aparências favoráveis para uma boa condução de suas ações de aparências que não contribuem para tal condução. Uma pessoa sábia para ele é aquela que não se nega a realizar tal distinção das aparências, seja através da sua vivência no mundo como também as do próximo, que o norteará em sua caminhada. O critério para tais conclusões será o quanto são mais apropriadas para os fins que lhe cabe. Assim, como destaca L.H.L.dos Santos:

Com o perdão de uma paráfrase anacrônica, o sábio protagórico é comparável ao homem que reconstrói inteiramente seu barco em alto-mar, sem sair dele. A modelagem de um sistema de juízos e crenças mais benéfico do que o agregado das aparências imediatas é um processo dinâmico de confirmação e desqualificação das aparências umas pelas outras, orientado pelo ideal de constituição de um sistema coeso e moralmente bom de opiniões – isto é, um sistema que pareça dispor o homem a agir de modo a manter-se em um estado que permanentemente lhe pareça ser o melhor.²⁶

Nessa paráfrase, o sábio conduz sua vida de maneira que não precisa recorrer a um mundo inteligível, como defende Platão, mas o conhecimento e o sistema valorativo são decorrentes do processo de atualização, que advém do que ele julga ser o melhor naquele momento e naquelas condições. A partir deste exemplo apresentado por L.H.L.dos Santos, é possível formular uma comparação com a alegoria da caverna que Platão desenvolve no Livro VII de A República.²⁷ Nesta alegoria, os indivíduos estão dentro de uma caverna desde que eram crianças e não conseguem se mover, pois estão acorrentados, e tudo que eles vêem é o que está adiante deles. As imagens que aparecem a tais indivíduos decorrem das sombras de objetos que outras pessoas levantam diante de um muro que tem como fonte de projeção um fogo atrás deste muro. Desse modo, os presos pensam que os objetos projetados são o que constituem a realidade. Porém, em um

²⁶ Ibid., p.259.

²⁷ PLATÃO. A República. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

determinado momento da narrativa, um dos prisioneiros é solto e consegue visualizar que que eles acreditavam como sendo o real era, na verdade, ilusões e que o verdadeiro conhecimento dos objetos se alcança quando se ultrapassa os limites da caverna. Dessa forma, se para Platão é preciso se desprender das aparências para chegar a um conhecimento inteligível das coisas, para o sábio protagórico, tal conhecimento não é possível. A verdadeira sabedoria consiste em “construir” o saber segundo as reformulações que a razão realiza do que lhe aparece, ou seja, não é necessário sair das aparências ou como diz na paráfrase “sair do barco”.

Assim, esse percurso pelo pensamento de Protágoras nos permite vislumbrar uma maneira distinta de compreender o que vem a ser a razão, a sabedoria e os princípios que regem a moralidade, daquela assumida por Sócrates no *Górgias*. O sujeito, segundo esta perspectiva protagórica, que age pela razão, não é aquele que procura se desvencilhar de tudo aquilo que é subjetivo em detrimento de um conhecimento objetivo, inteligível, pelo qual se busca conhecer a essência dos objetos. Mas, por não reconhecer tal possibilidade de conhecimento, toda a racionalidade e a moralidade desse sujeito está pautada no que lhe aparece do objeto em seu caráter de ser, isto é, no que lhe é realizável e comum a todos os sujeitos. O pensamento crítico será este que permite a razão, a capacidade de não se limitar ao âmbito das aparências que nos vêm instantaneamente, mas de transformar o conjunto de opiniões que não apresentam um mínimo de coerência entre si em arranjos que parecem mais adequados no momento (*kairós*).

Em suma, toda essa reflexão propõe que Protágoras, ao fazer uso da máxima “o homem é a medida (*metron*) de todas as coisas, do ser das que são e do não ser das que não são”, está na verdade atribuindo ao discurso, um grau de importância tanto quanto visto na filosofia de Platão. O conflito entre o discurso retórico, representado pelos sofistas, e o discurso filosófico defendido por Sócrates no *Górgias*, como dito no início do segundo capítulo deste trabalho, se estabelece a partir da compreensão do que seja um discurso racional. Para os retóricos, o caminho racional é aquele em que uma opinião é disposta de maneira que consiga convencer o ouvinte de que esta é a melhor opinião em relação às demais. Para a retórica, o critério utilizado para avaliar qual o melhor discurso serão os argumentos mais persuasivos. Ou seja, o que importa para os retóricos é a busca pelos melhores meios persuasivos que a linguagem nos oferece e não quais discursos que buscam uma verdade inteligível. Desse modo, é por isso que *Górgias* ressalta a eficiência da retórica no momento em que esta proporciona ao orador a capacidade de ganhar uma

disputa de argumentos com qualquer pessoa (456b-c), mesmo que esta pessoa seja um especialista. Ou seja, o ponto levantado por este personagem é que no campo da argumentação, quem vence a disputa perante um auditório é quem tem “o poder de falar” (456c).

Ao contrário da retórica, para a filosofia socrática, um discurso racional é aquele que tem como objetivo alcançar uma verdade que não está apoiada nas aparências que advém do âmbito sensível, e sim na capacidade da alma em acessar através do intelecto tal verdade. Vale destacar ainda, que esse movimento em busca da verdade inteligível, se observada no modo como a dialética socrática se perfaz, não está preocupada em elaborar um discurso que agrade a multidão nem se ampara na vitória discursiva como se orgulha Górgias de seu discurso retórico. Essa despreocupação se mostra no momento em que o próprio Sócrates não vê problema em ter seus argumentos corrigidos pelo seu interlocutor (458a, 470c3).

CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar a relação entre duas espécies de discurso presentes no *Górgias*, de Platão: o discurso filosófico e o discurso retórico. Antes, porém, de adentrar propriamente nessa análise, fez-se necessário delinear o conceito de retórica no referido diálogo platônico, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais precisa dessa categoria e, assim, aclarar a contraposição entre ambos os modos de discurso. Cumpre ressaltar, ainda, que a investigação desse conceito mostrou-se essencial, uma vez que ele constitui o tema central desenvolvido ao longo do diálogo.

A partir do que foi apresentado no primeiro capítulo, o conceito de retórica foi ganhando forma a partir dos questionamentos socráticos. Como vimos, a primeira tentativa de Górgias para delinear o que vem ser a retórica pode ser expressa na seguinte afirmação: “arte dos discursos”. Tal afirmação não permanece sólida por muito tempo, haja vista a contra argumentação de Sócrates em apontar outras artes que também se apresentam como artes dos discursos. É assim, com esta definição inicial dada por Górgias, que se seguirá o mesmo movimento argumentativo com as demais definições concernentes à retórica levantadas por este sofista. Dessa forma, assim que um conceito é manifesto, logo, este é submetido ao escrutínio socrático, pelo qual são apresentados exemplos de outras artes, que dentro do seu campo conceitual, também detém tais especificações. Depois, ao longo de todo caminho interrogatório no qual Sócrates faz Górgias percorrer, ao que parece ser a última investida do sofista em tentar conceituar a retórica, se traduz em tais palavras: “Portanto, a retórica, como parece, é artífice da persuasão que infunde crença, mas não ensina nada a respeito do justo e do injusto.”

Vimos também que a concepção de Sócrates, acerca do que vem a ser a retórica, parte da recusa que este filósofo confere a retórica, o caráter de esta ser considerada uma arte. Mas antes de chegar a tal conceito socrático da retórica, foi preciso discorrer brevemente sobre qual a compreensão que este filósofo tem em relação à *téchne*. Para isso, foram apresentadas duas dimensões que ajudam a clarificar o seu campo conceitual. Na primeira dimensão, a *téchne* é o nome que se dá a toda atividade, na qual quem a exerce dispõe do conhecimento do objeto que esta arte compõe. Em decorrência dessa afirmação, surge o questionamento: com base em que alguém pode garantir que conhece o objeto da arte? Segundo a perspectiva socrática, tal garantia se comprova mediante a capacidade do artesão em dispor da definição da essência desse objeto. Essa resposta

encadeou outra pergunta, qual seja: quais os parâmetros que evidenciam a veracidade desta definição? Ou seja, como podemos ter certeza de que a definição apresentada ao objeto em questão é de fato legítima? O primeiro parâmetro diz respeito ao caminho mais apropriado para alcançar o conhecimento do objeto. Esse percurso é delineado de acordo com a observação de que a definição não deve conter o termo a que se quer definir. É o que A.L.Dinucci intitulou de “exigência epistemológica”. O segundo parâmetro, também nomeado de “exigência metafísica”, apresenta a relação de equivalência entre o objeto e sua essência.

Depois dessa breve concepção socrática do que vem a ser a *téchne*, voltamos para a afirmação de Sócrates em relação à retórica não ser uma arte, e sim uma “experiência” (*empeiria*). Visto que, para ser considerada uma arte, precisa obedecer a esses parâmetros socráticos. Assim, a fim de justificar tal afirmação, Sócrates apresenta um quadro comparativo no qual estão dispostos os pares: medicina e culinária, ginástica e indumentária, política e retórica, política e sofística. Como o intuito do primeiro capítulo deste trabalho era dedicar-se à análise do conceito da retórica, nos detivemos em discorrer sobre os pares: medicina e culinária, política e retórica. A culinária se mostrou um tipo de lisonja, pois, ao contrário da medicina que dispõe de um conhecimento acerca dos alimentos necessários para promover a saúde, se limita a apresentar o que aparenta ser saudável, e por não ter tal conhecimento se vale de meios irracionais a fim de agradar o público. O mesmo pode ser visto na relação entre a política e a retórica. A retórica por ser esta que tramita no âmbito da crença e não do conhecimento, como é o caso da política, se utiliza de recursos que produz certo deleite no ouvinte com o propósito de persuadi-lo. É com base nesta comparação que Sócrates chega à seguinte conclusão quanto ao conceito de retórica: “a retórica é o simulacro de uma parte da política” (463d).

Esse percurso em torno da tentativa, por parte dos personagens do *Górgias*, de elucidar o que vem a ser a retórica, mostrou-se necessário uma vez que, a partir desse movimento argumentativo, foi possível apresentar alguns pontos que contribuem para uma melhor compreensão da problemática presente no segundo capítulo deste trabalho. Estes pontos seriam: a distinção entre crença e conhecimento; a relação entre conhecimento e a definição do objeto, que em outras palavras, para definir um objeto, de acordo com a visão socrática, é preciso conhecer a essência desse objeto; o método dialético de Sócrates.

Como foi visto, no segundo capítulo, o propósito de Platão no *Górgias* é diferenciar o discurso filosófico do discurso retórico, visto que o *logos* ganha uma finalidade diferente por parte da filosofia e da retórica. Esta vai conferir ao discurso a “função de verdade”, enquanto àquela a “função de persuasão”. Para a filosofia o objetivo do discurso é apresentar um conhecimento verdadeiro sobre os objetos investigados. O método empreendido por Sócrates para alcançar tal objetivo é o dialético, pois este se mostra capaz de eximir do discurso o caráter subjetivo que as percepções e as opiniões imprimem nesse discurso. A retórica, de outro modo, segue um caminho argumentativo oposto ao socrático. Para os retóricos, o discurso por ser uma elaboração humana, confere ao *logos* uma subjetividade pela qual não é plausível intentar uma objetividade linguística. A fim de se esclarecer melhor esse caráter subjetivo do *logos*, foi apresentada a tese protagórica do homem-medida. Em outras palavras, toda produção humana, sejam seus juízos, seja a verdade, estão condicionados ao sujeito que os anunciam, e a fonte de conhecimento desse sujeito são aquilo que lhe aparece. Contudo, como foi destacado no segundo capítulo, esta tese não está defendendo a ideia de que a realidade das coisas não deve ser considerada e que se pode formular opiniões desconexas com tal realidade. Isso porque, para Protágoras, os conteúdos do nosso pensamento têm o mesmo grau de concretude em relação à existência das coisas. Ou seja, a “tese da inteligibilidade essencial do ser” que também concorda Parmênides.

Outro ponto levantado no trabalho diz respeito ao conflito entre os retóricos e Sócrates, parte da discordância que estes personagens mantêm em relação à questão moral e que acaba influenciando a maneira como seus respectivos discursos serão conduzidos no *Górgias*. Para os retóricos, os valores morais humanos são relativos, dado que não acreditam na comunicabilidade com a divindade de onde se poderia, talvez, obterem valores absolutos. O que norteará a moralidade, nesta perspectiva, será o *kairós*, e que se poderá perceber também nos discursos retóricos, pois estes, serão marcados pela busca em encontrar as melhores palavras para cada situação. Em contraponto a esta visão relativista, está a concepção socrática, na qual os valores morais são absolutos e, sendo assim, um discurso virtuoso será aquele que procura, através da razão, tais valores absolutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA JÚNIOR, Mauricio Alves. **A ambiguidade do discurso retórico: caminhos e descaminhos da persuasão (Peithó) como instrumento para a filosofia no Górgias, de Platão.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/items/9eb1ff5a-41c3-4e1a-81e6-87e185d652de>>. Acesso em: 24/08/2025.

CÂMARA, Anita Guimarães. **Sobre a unidade do Fedro de Platão: o movimento psicagógico e a arte retórica.** 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21497>>. Acesso em: 11/09/2025.

CZEKALSKI, Fernando. A Tribuna de Górgias: Linguagem, retórica e oportunidade. **Revista Hypnos**, n. 16, Ceará, 2006. Disponível em: <<https://sl1nk.com/kgWIK>>. Acesso em: 15/09/2025.

DE ALMEIDA, Luciana Maria Azevedo. **O antagonismo entre retórica e filosofia no "Górgias" de Platão.** Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/fe2754f8-6e9f-4796-a563-ca6a2dc99902/content>>. Acesso em: 09/09/2025.

DINUCCI, Aldo Lopes. **Os axiomas do pensamento socrático.** Revista Dissertatio de Filosofia, v. 26, p. 155-166, Sergipe, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8894>>. Acesso em: 03/09/2025.

_____. **Platão entre a filosofia e a retórica.** Prometheus - Journal of Philosophy, [S. l.], v. 1, n. 2, 2013. DOI: 10.52052/issn.2176-5960.pro.v1i2.721, Sergipe, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/721>>. Acesso em: 05/09/2025.

_____. **Sócrates versus Górgias: as noções de *téchne* e *dýnamis* aplicadas à retórica.** Anais de Filosofia Clássica, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2008. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/123456789/760>>. Acesso em: 15/08/2025.

DOS SANTOS, Luiz Henrique Lopes. **Retórica versus dialética: divagação a propósito do Górgias de Platão.** Analytica Revista de Filosofia, v. 17, n. 2, p. 249-263, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://sl1nk.com/Luw7u>>. Acesso em: 10/08/2025.

FEITOSA, Zoraida Maria Lopes. A questão da unidade e do ensino das virtudes em Platão. São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/posgraduacao/defesas/2006_docs/tese_zoraida_final.pdf>. Acesso em: 16/09/2025.

FERREIRA, George Gomes. A retórica platônica no diálogo Górgias. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 25, p. 55-86, 2022.

PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em: <<https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=226388>>. Acesso em: 11/09/2025.

_____. **Górgias**. Tradução, ensaio introdutório e notas de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2011.